

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.098 - PB (2018/0237264-4)**

AGRAVANTE : JOSÉ CARLOS VIDAL  
ADVOGADOS : JOHN JOHNSON GONÇALVES DANTAS DE ABRANTES E  
OUTRO(S) - PB001663  
ROMERO SÁ SARMENTO DANTAS DE ABRANTES -  
PB021289  
BRUNO LOPES DE ARAUJO - PB007588  
AGRAVADO : UNIÃO

**DECISÃO**

JOSÉ CARLOS VIDAL apresenta agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF/88, com o objetivo de reformar o acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 393-395):

AÇÃO CÍVEL DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. EX-PREFEITO DE GURJÃO/PB. CONVÊNIO FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO PARA REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADE "SÃO JOÃO BODE NA RUA". LIBERAÇÃO DA VERBA PACTUADA. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUANTO À REALIZAÇÃO DO EVENTO NOS MOLDES EM QUE PACTUADO. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO DOS VALORES LIBERADOS QUE SE IMPÕE. CORREÇÃO DO MONTANTE PELOS ÍNDICES PACTUADOS, ATÉ O AJUIZAMENTO DA AÇÃO, MOMENTO EM QUE PASSA A INCIDIR OS ÍNDICES QUE REGEM AS CONDENAÇÕES EM JUÍZO. RECURSO DO RÉU PARCIALMENTE PROVIDO QUANTO À GRATUIDADE JUDICIÁRIA. RECURSO DA UNIÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Conforme os termos da petição inicial, ao réu é imputada a responsabilidade pelo prejuízo de **R\$ 799.900,00** (setecentos e noventa e nove mil e novecentos reais), apurado em Tomada de Contas Especial pelo Ministério do Turismo, relativamente ao Convênio 734/2008, firmado entre o Ministério do Turismo e o município de Gurjão/PB.

2. No caso, o convênio previa a utilização pelo Município da verba federal no valor de **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), na realização do evento "*Festa do São João e São Pedro de Gurjão*", mediante a contratação de artistas para shows (12), com cachês variáveis entre R\$ 7.000,00 e R\$ 85.000,00, além de locação de palco, sonorização, "*grupo gerador*", banheiros químicos, contratação de segurança e "*mídia radiofônica*", entre os dias 23.06.2008 e 30.06.2008.

3. Firmado o convênio, imputou-se ao município o dever de "*executar, conforme aprovado pelo CONCEDENTE, o Plano de Trabalho*"; "*aplicar os recursos recebidos para execução do objeto deste Convênio...conforme o Plano de Trabalho*"; "*manter os documentos relacionados a este Convênio arquivados pelo prazo de dez anos*"; "*observar, quando da execução de despesas...as disposições da Lei n. 8.666/93*"; "*observar o disposto no art. 26, da Lei 8.666/93, nos casos de dispensa e*

*inexigibilidade de licitação*"; "prestar contas deste Convênio, no prazo estabelecido no parágrafo terceiro da cláusula Quarta" (conforme item "II", da Cláusula Terceira do convênio, sem os grifos no original). A vigência do convênio limitou-se a 01.09.2008 (parágrafo único da cláusula terceira), prorrogado até 21.10.2008, quando se iniciou o prazo de 30 (trinta) dias para a prestação de contas (parágrafo terceiro da cláusula quarta); e o valor do repasse federal deu-se em parcela única, conforme a Nota de Empenho 2008NE900828, de 20.06.2008 (cláusula quinta).

4. Em 24 de setembro de 2008, através do ofício 148/2008, do Município de Gurjão/PB, o réu encaminhou "os elementos que integram a prestação de contas final dos recursos aplicados", o que já demonstra que a prestação de contas deu-se ainda sob o exercício do réu no cargo de prefeito. A documentação apresentada, todavia, foi considerada insuficiente pela Coordenação de Análise de Projetos do Ministério do Turismo, razão pela qual a Prefeitura de Gurjão foi instada, em 14.08.2009, a apresentar "fotografias/filmes originais" das atrações musicais, dos produtos/serviços locados (palco, sonorização, grupo gerador, banheiros químicos, segurança e mídia radiofônica), além de cópias da mídia em rádio e televisão. Não houve atendimento, razão pela qual foi noticiada, em 03.11.2009, a inscrição no SIAFI (cadastro de inadimplentes do Sistema de Administração Financeira) do nome do Ente Público e a abertura de Tomada de Contas Especial.

5. O Ministério do Turismo concedeu ao réu sucessivas prorrogações de prazo "para encaminhamento da documentação complementar referente à prestação de contas do Convênio nº 734/2008" (em 22.10.2010, 30.11.2010 e 31.01.2011), sem notícia de manifestação do Sr. José Carlos Vidal. Ao final, imputou-se dano ao Erário, apurado, nos termos do Parecer Técnico nº 0872/2014-C, no valor de **R\$ 799.900,00** (setecentos e noventa e nove mil e novecentos reais).

6. No caso, além de a parte-ré não ter contestado a lide e, na apelação, não ter, especificamente, rebatido as conclusões dos Pareceres contidos na Tomada de Contas Especial pelo Ministério do Turismo, tem-se que, de fato, as tentativas de comprovação de despesas apresentadas administrativamente são frágeis. Neste sentido, não se comprovou o efetivo pagamento dos cachês atribuídos aos artistas realizadores dos shows musicais, posto que inexistem provas de contratos firmados entre estes artistas e a empresa produtora do evento ("*Marlize Curi de Souza*", nome fantasia "*GPA Produção e Eventos*"), apenas recibos desta empresa atestando que recebeu da Edilidade os valores correspondentes aos cachês a serem, em tese, repassados aos artistas.

7. No contrato firmado entre a empresa "*Marlize Curi de Souza*" e a Prefeitura Municipal, esta se incumbiu de prestar os "serviços" abrangentes dos shows artísticos, com palco, sonorização, grupo gerador, banheiros químicos, segurança e "divulgação em 04 rádios e canais de televisão", não tendo ficado claro se tal prestação se daria diretamente pela empresa contratada (mediante o fornecimento de equipamentos e pessoal já ela vinculado ou pertencente) ou por aquisição a outros fornecedores, não se tendo demonstrado os gastos com a aquisição/instalação dos produtos e divulgação do evento. Acresça-se que houve dispensa de licitação, sob a justificativa de haver "real, imediata e necessária necessidade de formalizar contrato com empresários", opinando-se, na esfera administrativa municipal, pela "contratação da eminente empresa", sem que tenha havido a demonstração da "notória especialização" exigida pela Lei 8.666/93 (art. 25, II), uma vez que sequer constam, judicial ou administrativamente, o ato constitutivo e o objeto social da empresa, ou, ainda, prova de "desempenho anterior, estudos,

experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (conforme conceito de especialização contido no art. 25, § 1º, da Lei 8.666/93).

8. Ausente a comprovação do emprego regular das verbas públicas liberadas pelo Convênio, impõe-se a sua devolução pelo gestor público responsável pela sua aplicação nos fins e modos estabelecidos no convênio.

9. Requereu a parte-ré *"o benefício da Justiça Gratuita, considerando não poder arcar com as despesas processuais concernentes ao presente feito, sem que isso implique em prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família"*. Dispõe o NCPC que: *"a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei"* (art. 98); *"o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos"* (art. 99, § 2º); *"presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural"* (art. 99, § 3º). Considerando-se que o pedido de concessão de justiça gratuita não foi impugnado pela União, que não apresentou contrarrazões, conclui-se pelo seu deferimento, em razão da presunção legal que favorece a parte que a requereu.

10. Quanto ao recurso da União, que impugna o fato de a sentença ter fixado o montante da condenação no valor nominal do débito corrigido pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal desde a sua origem, entendo que o débito decorrente do inadimplemento contratual (neste caso, o Convênio firmado com o Ministério do Turismo) deve ser atualizado inicialmente conforme as suas cláusulas, até o momento da demanda, quando então será corrigido mediante os critérios legais estabelecidos para os débitos judiciais. Fazer retroagir os critérios judiciais de juros e correção monetária ao tempo em que firmado o Convênio implica em afastar cláusulas contratuais legitimamente firmadas entre as partes, podendo implicar, inclusive, em favorecimento indevido do devedor, que restará beneficiado pelo próprio inadimplemento e pelo transcurso do tempo caracterizador de sua mora. Desse modo, o valor da restituição ao erário deve corresponder ao montante liberado em decorrência do Convênio "CV-0734/2008", qual seja, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), atualizado com juros e correção monetária pelos índices previstos em suas cláusulas específicas, até a data do ajuizamento da presente ação, quando então terá aplicação os índices estabelecidos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, conforme previsto na sentença.

11. Condenação do réu em honorários de sucumbência recursal fixados no previsto **percentual mínimo** nos incisos I a V do § 3º do art. 85 do CPC, **conforme o valor da condenação a ser apurado em liquidação** (art. 85, § 4º, II, do CPC), suspensa em razão da gratuidade deferida.

12. Apelação do réu parcialmente provida. Apelação da União parcialmente provida.

Em suas razões especiais o recorrente sustenta violação do art. 5º da Lei n. 8.429/92, pelo fato de o Tribunal *a quo* considerá-lo parte passiva ilegítima responsável pelo ressarcimento dos danos causados ao erário, uma vez que era o gestor da administração pública municipal à época dos fatos.

Afirma não ter sido demonstrado nexo de causalidade entre qualquer ato seu e o dano causado (fl. 424).

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 434-438), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fl. 440), tendo sido interposto o presente agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 488-493).

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Com relação ao dispositivo tido por violado, verifica-se que o Tribunal *a quo*, mantendo a sentença, dirimiu a controvérsia com base nas provas contidas nos autos, senão vejamos (fl. 388):

Portanto, considerando-se que, nos termos dos fatos relatados na petição inicial, a conduta a que se atribui o caráter de lesiva aos interesses jurídicos da União é imputada ao réu José Carlos Vidal, exsurge a legitimidade passiva deste, posto que, no direito processual nacional, a legitimidade passiva decorre da lide deduzida em juízo, e não da veracidade das alegações autorais, do que resulta que, a eventual constatação, ao final, após analisada as provas trazidas aos autos, que a conduta ou não gerou prejuízos, ou não foi praticada pelo réu, ou se deu sob causa excludente de culpa, tal constatação conduziria (ou conduzirá) à improcedência do pedido, não à ilegitimidade *ad causam* do réu.

[...]

Ademais, o Convênio objeto da lide prevê como hipótese de sua rescisão o "inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições...imputando-se aos Partícipes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença" (cláusula décima sétima), previsão que, associado ao disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal ("a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento") e na Lei 8.429/92 ("art. 5º. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano"), conduz à conclusão de que a responsabilidade pelos danos ao Erário é atribuída pessoalmente ao agente público causador do dano à Fazenda Pública

Desse modo, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, e concluir pela ilegitimidade passiva do ora recorrente, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento esse vedado no âmbito do recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO. PRECEDENTES. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165 E 458 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE. EXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. DOSIMETRIA DAS SANÇÕES. REEXAME DE PROVAS.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui firme entendimento de que, nas ações de improbidade, inexistente litisconsórcio necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo, por não estar presente nenhuma das hipóteses previstas no art. 47 do CPC.

2. Não merece prosperar a tese de violação do art. 165 e 458 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido e o magistrado de piso fundamentaram, claramente, o posicionamento por eles assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

3. Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo agravante, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão.

4. Rever o entendimento do Tribunal de origem, no tocante à responsabilidade do agravante e à comprovação dos danos, implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

5. A apreciação da questão da dosimetria de sanções impostas em ação de improbidade administrativa implica o revolvimento fático-probatório, hipótese também inadmitida pelo verbete sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1047271/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 05/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DA UNIÃO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. NAUFRÁGIO DA EMBARCAÇÃO BATEAU MOUCHE IV. INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INVERSÃO DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA EM R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) PARA CADA PARTE AUTORA. VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE, DEVENDO SER MANTIDO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A fundamentação do acórdão prolatado pelo Tribunal Regional deixa claro o reconhecimento de culpa da Administração e a existência de nexo de causalidade entre o dano sofrido e a conduta culposa da UNIÃO. Rever referido entendimento demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa e não mera valoração da prova, o que encontra

óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. No mesmo sentido, confira-se: REsp 728.456/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 3.11.2011.

2. A responsabilidade da União foi reconhecida pelo Tribunal de origem com base na interpretação dada ao art. 37, § 6º, da Constituição Federal, sendo que este Superior Tribunal de Justiça não detém competência para examinar, em sede de Recurso Especial, eventual ofensa direta à Constituição Federal, cabendo tal apreciação ao Pretório Excelso, na via recursal extraordinária. A respeito: REsp. 891.242/ES, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 21.5.2007 e AgRg no REsp. 758.202/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 4.6.2007.

3. A revisão do valor a ser indenizado a título de dano moral somente é possível quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa in casu diante da quantia fixada pelo Tribunal a quo em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada parte autora.

4. A não indicação do dissídio jurisprudencial de forma analítica, de acordo com os arts. 255, § 2o. do RISTJ e 541, parág. único do Estatuto Processual Civil, impede o conhecimento do recurso especial interposto com base no art. 105, III, c da Constituição Federal.

5. Agravo da UNIÃO a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1107094/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator